



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FLORESTAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL**

**CARLA DE OLIVEIRA SILVA**

**ANÁLISE PRELIMINAR DO DESENVOLVIMENTO EM COMUNIDADES RURAIS  
NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ**

**Prof.º MARCELO DUNCAN ALENCAR GUIMARÃES  
Orientador**

**SEROPÉDICA, RJ**

**Agosto-2013**



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE FLORESTAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL**

**CARLA DE OLIVEIRA SILVA**

**ANÁLISE PRELIMINAR DO DESENVOLVIMENTO EM COMUNIDADES RURAIS  
NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ**

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal como requisito parcial para a obtenção do Título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**Prof.º MARCELO DUNCAN ALENCAR GUIMARÃES**  
**Orientador**

**SEROPÉDICA, RJ**  
**Agosto-2013**

**ANÁLISE PRELIMINAR DO DESENVOLVIMENTO EM COMUNIDADES RURAIS  
NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ**

Comissão examinadora:

Monografia aprovada em 28 de Agosto de 2013.

Prof.º Dr<sup>o</sup> Marcelo Duncan Alencar Guimarães  
UFRRJ/ICHS/DCS  
Orientador

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Missagia de Mattos  
UFRRJ/ICHS/DCS  
Membro

Prof.º Dr.º Rogério Luiz da Silva  
UFRRJ/IF/DS  
Membro

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, é com grande felicidade que registro nessa monografia os meus agradecimentos para as pessoas mais importantes da minha vida, a minha mãe Sueli Ribeiro de Oliveira Silva e o meu pai Jorge Luiz da Silva, sem eles eu não teria as minhas valorosas conquistas e realizações nesse curso que tanto amo.

Não poderia deixar de agradecer aos meus companheiros de curso, todos os floresteiros e floresteiras, principalmente aos amigos da minha turma 2008-II, da qual orgulhosamente faço parte, por me proporcionar momentos únicos.

Também agradeço aos funcionários do Instituto de Florestas e da Universidade, que sempre me ajudaram, mas deixo a minha gratidão ao Greycon Rocha, Patrícia Fernandes, Carmem Lúcia, Luiz Cláudio e Mendes que foram os meus anjos da guarda, sempre solícitos quando precisava para realizar das atividades do Centro Acadêmico, que fiz parte por três gestões, e onde foi o lugar que teve grande responsabilidade da minha formação.

Agradeço aos professores que foram meus educadores, com suas informações me estimularam a buscar e aprofundar conhecimentos da área profissional.

Além da formação técnica a Universidade me proporcionou uma formação além da sala de aula, e agradeço a todos os companheiros/as dessa jornada, como os amigos da Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), do Levante Popular da Juventude e todos do Movimento Estudantil da Rural.

Agradeço a todas as meninas do meu quarto no alojamento feminino 2, quarto 108, Barbara, Lilian, Petrina, Priscilla, Aline, Marianacê, Isis e Estela, algumas já se foram mas estão todas no meu coração.

Agradeço ao meu orientador professor Marcelo Duncan, pela oportunidade desse trabalho, e por toda a ajuda que me deu.

Como são tantas as pessoas que me marcaram, e que gostaria de agradecer, a citação de todas elas poderia ficar até maior que a própria monografia, mas tenho que registrar as principais pessoas que estiveram presentes e de maneira muito intensa nessa caminhada, a minha irmã Carolina, os meus amigos Ananias Júnior, Leila Araújo, Marinna Lopes, Ana Carolina Goulart, Rafael Sampaio, Tamires Partelli, Thiago (Pará), Fernando Czar.

Palavras de agradecimento expressam muito pouco o quanto todas essas pessoas foram e são importantes para na minha vida. Passar por cinco anos no curso com tantos altos e baixos só foi possível pela presença de todas elas, nos diferentes espaços que participei.

Por fim, sou muita grata e me sinto muito realizada por essa jornada, e só consegui passar por tudo graças a Deus, a minha Família, aos meus amigos/as, e graças aos meus esforços e estudos, finalizo mais essa etapa da minha vida.

“Como sei pouco, e sou pouco,  
faço o pouco que me cabe  
me dando inteiro.”  
(Thiago de Mello)

## RESUMO

Tendo em vista a importância de se conhecer a realidade da questão agrária brasileira, assim como se deu a história do desenvolvimento rural no Brasil, tanto no macro como no micro território, e como essas dinâmicas históricas sobre o tema, nos levaram a questionar e investigar as atuais situações do meio rural brasileiro. Faz-nos refletir sobre as discussões que giram em torno desta temática, que perpassa desde os debates acadêmicos, até como as instituições públicas, subordinadas ao Estado, priorizavam o papel da agricultura, principalmente nas esferas políticas e econômicas, que por muitas vezes ao longo do tempo, tomou um caminho polêmico e conservador, com utilização de programas e políticas que não valorizavam a permanência e o progresso local das famílias rurais, impondo modelos dos países centrais de exploração e concentração de renda. As comunidades rurais do Município de Itaguaí/RJ exemplificam essa dinâmica herdada do sistema de produção, que reflete de maneira muito similar ao histórico agrário do Brasil. Nessas comunidades rurais, as políticas públicas pouco fizeram para fortalecer a agricultura familiar. Hoje o município está diante de um crescente potencial de desenvolvimento industrial, e essas famílias rurais representam a resistência da produção agrícola familiar na região. Manutenção e fortalecimento destes produtores dependem de um desenvolvimento rural eficaz e específico para aquelas comunidades, para que o agricultor se reconheça como camponês e como tal, traga para si a responsabilidade de perpetuar essa identidade e de lutar para permanecer na terra.

**Palavras-chave:** questão agrária, desenvolvimento rural, políticas públicas.

## **ABSTRACT**

Given the importance of knowing the reality of the agrarian issue, as it gave the history of rural development in Brazil, both at macro and micro planning, and how these historical dynamics on the subject, led us to current situations the rural areas. It makes us reflect on the discussions that revolve around this theme, which permeates from the academic debates, even as public institutions subordinated to the State prioritized the role of agriculture, especially in the political and economic spheres, which many times over time, has taken a controversial and conservative, using programs and policies that did not value the permanence and local progress of rural households, imposing models of the core countries of exploitation and concentration yields. Rural communities in the municipality of Itaguaí / RJ exemplify this point inherited system of production, which reflects in a very similar to Brazil's agrarian history. In these rural communities, public policy, did little to strengthen family farming. Today this city facing a growing potential for industrial development, and these rural households represents the strength of family farming in the region, and its maintenance and strengthening rural development depends on an effective and specific to those communities, so that the farmer is recognized as a farmer and as such, bring on the responsibility of perpetuating that identity and struggle to stay on earth.

**Key words:** agrarian question, rural development, public policy.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	viii
LISTA DE TABELAS .....	ix
LISTA DE GRÁFICO.....	x
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. OBJETIVOS .....	2
3. REVISÃO DE LITERATURA .....	2
3.1. Município de Itaguaí.....	2
3.1.1 Porto de Itaguaí.....	5
3.2. INSTITUIÇÕES E PROGRAMA PARA ESTENÇÃO RURAL.....	6
3.2.1. PRONAF.....	6
3.2.2.EMATER.....	7
3.2.3.SEMAAP.....	7
3.3. Políticas Públicas.....	8
3.4. Desenvolvimento.....	9
3.4.1 Desenvolvimento Rural.....	10
4. METODOLOGIA .....	11
5. RESULTADO E DISCUSSÃO.....	12
6. CONCLUSÃO .....	15
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	16
ANEXO .....	17



## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Mapa do estado Rio de Janeiro com destaque o Município de Itaguaí.....3
- Figura 2:** Equipe de campo à esquerda, agricultores à direita.....12

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Comparação das despesas e receitas do município de Itaguaí com o Estado Rio de Janeiro e o Brasil, referente ao ano de 2012. ....	4
<b>Tabela 2:</b> Comparação do Produto Interno Bruto do Município de Itaguaí com o Estado Rio de Janeiro e o Brasil, referente ao ano de 2012.....	5

## LISTA DE GRÁFICO

- Gráfico 1:** Comparação das despesas e receitas do município de Itaguaí com o Estado Rio de Janeiro e o Brasil, referente ao ano de 2012. ....4
- Gráfico 2:** Comparação do Produto Interno Bruto do Município de Itaguaí com o Estado Rio de Janeiro e o Brasil, referente ao ano de 2012.....4
- Gráfico 3:** Distribuição percentual dos produtores que cultivam cada cultura.....13

## 1. INTRODUÇÃO

*A América por-lhe-ia à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto, como trabalhador. Outros trabalhariam para ele.*

(Caio Prado Junior)

Historicamente no Brasil, devido à colonização, o sistema de produção e a apropriação dos bens da natureza, assim como a posse da terra, que era da coroa portuguesa, ficaram a serviço da exploração, beneficiando exclusivamente aos países centrais daquela época tanto com os produtos explorados quanto a renda que esses produtos geravam no mercado internacional, desde então todas as atividades produtivas e extrativistas começaram a ser exploradas em grande escala, visado sempre o lucro, com apenas um dono, Portugal. No entanto, com o decorrer dos tempos a dinâmica no campo foi se transformando, as terras brasileiras deixam de pertencer a Coroa e tornam-se propriedades dos fazendeiros, graças a Lei nº601 de 1850, devido a pressão dos países europeus como a Inglaterra, que estavam passando por mudanças profundas, graças a industrialização, implementa no Brasil a propriedade privada, consolidando o modelo da grande propriedade rural. Com isso, juntamente com a abolição do trabalho escravo em 1888, os trabalhadores ex-escravos impedidos de se transformarem em camponeses devido à lei de 1850, abandonam o trabalho agrícola, e seguem para as regiões periféricas das cidades a procura de emprego e moradia (STEDILE, 2005).

A alternativa para substituir a mão de obra escrava foi trazer da Europa, camponeses pobres, principalmente, da Itália, da Alemanha e da Espanha, excluídos pelo avanço da industrialização no final do século 19. Esses camponeses europeus juntamente com a população mestiça brasileira, que eram trabalhadores pobres nascidos no Brasil, impedidos também pela Lei de Terras de 1850, em ser pequenos proprietários de terras, migram para o interior do país e se dedicam a atividades agrícolas e pecuárias de subsistência, em terras que não era de interesse da elite, dando origem ao camponês brasileiro (STEDILE, 2005).

Por volta de 1930 marca uma nova fase, que antes era o modelo agroexportador, nesse período a agricultura passa, a ser subordinada a indústria pela economia e política, que reservou aos camponeses (agricultores familiares), algumas funções, como o fornecimento de mão de obra barata para a nascente indústria, por essa razão, o salário médio na indústria sofre pressão para ser baixo, além de fornecer produtos de baixo preço, como, alimentos e matéria-prima (carvão, celulose, lenha) para as cidades.

No Brasil, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a política agrícola de modernização da agricultura, conduzida pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), privilegiou a grande propriedade como centro do modelo agrícola a ser estruturado no país. Em virtude disso, excluiu do seu raio de cobertura milhares de pequenos produtores familiares. Só em meados dos anos 1990, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elegeu, através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a agricultura

familiar como a base social sobre a qual se pretendia implementar um novo modelo de desenvolvimento rural no país (Aquino et al., 2000).

Para entender melhor, essa herança histórica de colonização, temos como exemplo o Município de Itaguaí no estado do Rio de Janeiro, ao ser desbravado em meados do século 17, com terras férteis, que até 1880 teve importante atividade rural e comercial, exportando em grande escala cereais, café, farinha, açúcar e aguardente. A mão-de-obra escrava contribuiu acentuadamente para esse desenvolvimento. Mas com o advento da Lei Áurea ocasionou crise econômica, refletida no considerável êxodo dos antigos escravos. Esse fato, aliado à falta de transportes e à insalubridade da região, concorreu para o desaparecimento das grandes plantações que constituíam a riqueza principal da localidade (IBGE, 2013).

Esses traços históricos da dinâmica do campo estão presentes no município, e pode explicar, em parte, as condições agrárias de descaso, em que atualmente Itaguaí tem estado em transição acelerada de um município rural para um município urbano-industrial, com uma zona portuária em expansão, que causa além de modificação na paisagem, mudança considerável no perfil dos moradores, aumento da população urbana, e fragilidade das famílias rurais que estão aos poucos perdendo sua identidade camponesa, contudo, com as suas pequenas produções, conseguem resistir e sobreviver no campo, mostrando que ainda é importante investir nessas famílias e em suas produções.

Sendo assim, políticas públicas, por parte do Município, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, pelo governo através da EMATER, e de programas, como o PRONAF, são fundamentais para o desenvolvimento rural de comunidades rurais como as do município de Itaguaí, por também se encontrarem em um estado como o Rio de Janeiro, que por si só não tem como prioridade uma política de fortalecimento da agricultura, além do mais, os técnicos e funcionários desses órgãos devem conhecer melhor a realidade do local e seu potencial, e pode proporcionar projetos, alternativa e soluções de problemas nas áreas, somado com a interação com o governo, podem acionar na medida em que forem necessárias, ações, incentivos e regulações governamentais.

O cenário de formação econômica histórica, na situação da agricultura, assim como a sua repercussão para os dias de hoje, ajuda a explicar como a questão agrária no país e o desenvolvimento rural são assuntos complexos e delicados, que precisam ser estudados e entendidos de tal forma, que a partir desses estudos possam ajudar a propor soluções e saídas para essa problemática das comunidades rurais, pois elas ficam dependentes de um modelo socioeconômico que não atendem as suas necessidades, por não conseguirem fazer uma produção em larga escala, ou seja, não fazem parte das cadeias agroindustriais, mas mesmo assim, tem o seu valor para sociedade brasileira.

## **2. OBJETIVO**

Esse trabalho tem como objetivo alcançar uma maior compreensão das comunidades rurais do Município de Itaguaí.

## **3. REVISÃO DE LITERATURA**

### **3.1 – Município de Itaguaí**

O município está inserido na Mesorregião da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, pela Lei Complementar nº 105/02, de 04/07/2002, faz parte da Região da Costa Verde( IBGE, 2013).



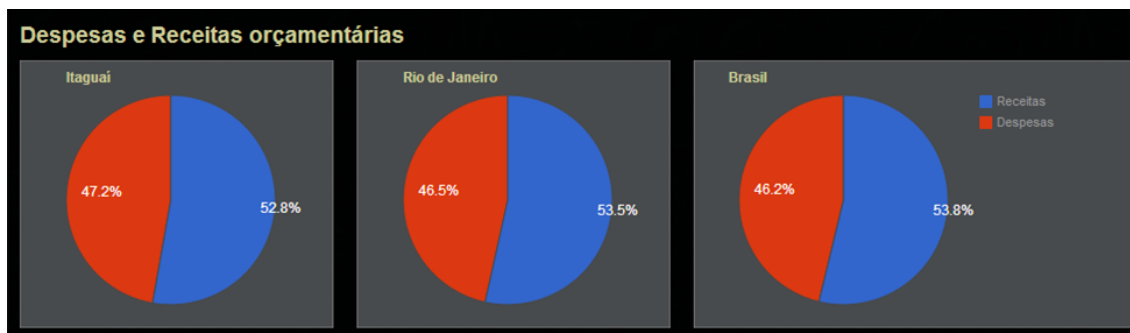
**Figura 1:** Mapa do estado Rio de Janeiro com destaque o Município de Itaguaí  
**Fonte:** IBGE, 2013

Segundo a avaliação final do plano diretor de Itaguaí, 2008, a geomorfologia é de região plana com variações de cotas entre zero e 20 m de altitude, o que configura uma extensão com baixo gradiente altimétrico, que não apresenta qualquer indicativo ou preocupações quanto à necessidade de estabilizações ou contenções, mas representa, por sua topografia muito baixa em relação ao nível do mar, um problema crítico de inundações, em épocas de chuvas intensas. A área apresenta topografia variada, zonas de montanha, representadas pela Serra do Mar nos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Itaguaí com altitudes de até 1600 metros. Encontramos solos provenientes de depósitos aluvionares recentes e Cambissolos, nas encostas mais escarpadas.

Encontram-se tipos de clima diretamente ligados ao relevo. Nas áreas serranas, em altitudes superiores a 700 m, é encontrado o clima mesotérmico, com verões brandos, sem estações secas. Na baixada, a situação climática muda completamente, para um clima tropical úmido ocorrendo temperaturas mais elevadas, sem estação seca definida. A temperatura média é de 19° a 27° Centígrados, e uma precipitação anual de 2.105mm (IBEGE, 2013).

A área total do município é de 275,867 Km<sup>2</sup>, com uma população de 109.091 habitantes, segundo dados do IBGE (Contagem da População Recenseada em 2010).

Os dados socioeconômicos estão diretamente ligados às atividades do Porto de Itaguaí (antigo Porto de Sepetiba), que traz um aporte de investimentos públicos e privados, de forma a adquirir níveis internacionais de produtividade (BENTO RUBIÃO, 2008).



**Gráfico 1:** comparativos das despesas e receitas do município de Itaguaí com o Estado Rio de Janeiro e o Brasil, referente ao ano de 2012.

**Fonte:** IBGE 2013

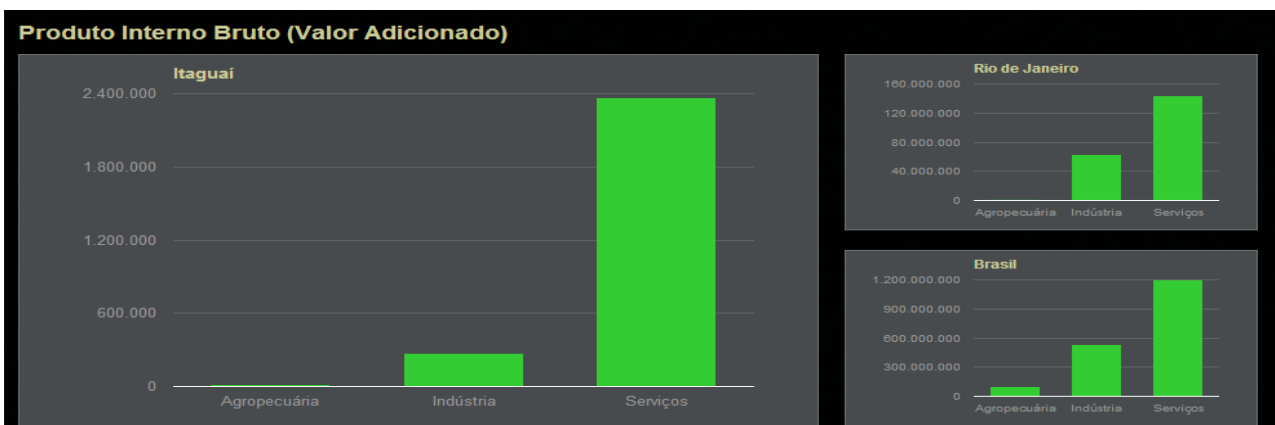
**Tabela 1:** comparativos das despesas e receitas do município de Itaguaí com o Estado Rio de Janeiro e o Brasil, referente ao ano de 2012.

**Fonte:** IBGE 2013

Variável	Itaguaí	Rio de Janeiro	Brasil
Receitas	242.699.047,76	24.451.494.937,43	270.856.088.564,26
Despesas	217.094.258,17	21.271.434.961,73	232.720.145.984,84

A Companhia Vale do Rio Doce, um dos parceiros do porto, prevê um investimento da ordem de US\$ 120 milhões em seu Terminal de Minérios. O porto tem ainda como parceiros: o Terminal de Carvão da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, o Píer, o Terminal de Contêineres e a Vale Sul.

A estrutura empresarial tem por base a indústria de transformação com 124 unidades, seguida da indústria extrativa com 31 unidades locais. O setor agropecuário está distribuído em 7.175 hectares e possui 382 estabelecimentos. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água perfazem quatro unidades, construção civil 106 unidades. Possui ainda oito instituições financeiras. (Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião)



**Gráfico 2:** comparação do Produto Interno Bruto do Município de Itaguaí com o Estado Rio de Janeiro e o Brasil.

**Fonte:** IBGE 2013

**Tabela 2:** comparação do Produto Interno Bruto do Município de Itaguaí com o Estado Rio de Janeiro e o Brasil.

**Fonte:** IBGE 2013

Variável	Itaguaí	Rio de Janeiro	Brasil
Agropecuária	15.332	1.072.848	105.163.000
Indústria	271.244	62.966.386	539.315.998
Serviços	2.370.478	144.387.422	1.197.774.001

### 3.1.1 - Porto de Itaguaí

Em 1973, o governo do então estado da Guanabara promoveu estudos para a implantação do porto de Itaguaí, destinado a atender, principalmente, ao complexo industrial de Santa Cruz (RJ). Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1975, a implantação do porto ficou a cargo da Companhia Docas do Rio de Janeiro. As obras de construção do píer foram iniciadas em 1976, seguidas em 1977 pela dragagem, enroscamento e aterro hidráulico.

O porto foi inaugurado em 7 de maio de 1982 (COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, 2013).

O porto é administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ).

Está localizado na costa norte da baía de Sepetiba, no município de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, ao sul e a leste da Ilha da Madeira.

Área de influência abrange os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e o sudoeste de Goiás.

Conforme a Portaria-MT nº 603, de 3/11/94 (D.O.U. de 4/11/94), a área do porto é constituída:

a) pelas instalações portuárias terrestres existentes na baía de Itaguaí, delimitadas pela poligonal definida pelos vértices de coordenadas geográficas a seguir indicadas: Ponto A: latitude 22°52'00" S, longitude 43°52'00"W; Ponto B: latitude 22°52'00"S, longitude 43°48'00"W; Ponto C: latitude 22°57'00"S, longitude 43°48'00"W; e Ponto D: latitude 22°57'00" S e longitude 43°52'00" W; abrangendo todos os cais, docas, pontes e píeres de atracação e de acostamento, armazéns, edificações em geral e vias internas de circulação rodoviária e ferroviária e ainda os terrenos ao longo dessas áreas e em suas adjacências pertencentes à União, incorporados ou não ao patrimônio do porto de Itaguaí ou sob sua guarda e responsabilidade;

b) pela infra-estrutura de proteção e acessos aquaviários, compreendendo as áreas de fundeio, bacias de evolução, canal de acesso e áreas adjacentes a esse até as margens das instalações terrestres do porto organizado, conforme definido no item "a" acima, existentes ou que venham a ser construídas e mantidas pela Administração do Porto ou por outro órgão do poder público.

O porto é ligado por uma estrada de 8 km à BR-101 (COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, 2013).



### **O cais de uso público está dividido em trechos arrendados:**

- Cais de Multiuso: Com 810m de comprimento, faixa de 32m de largura, retroárea de 200.000m<sup>2</sup> e dotado de três berços de atracação, sendo um deles descontínuo, em dolphins, todos com 270m de comprimento e 14,5m de profundidade.
- Píer de Carvão: Com 540m de comprimento, 39,25m de largura, dotado de dois berços de atracação em cada face e profundidade de 15m, no lado sul, e 12m, na face norte. Dispõe de condições para receber, simultaneamente, dois navios de 90.000 TPB e dois navios de 45.000 TPB.
- Píer de Minérios: Dotado de berço de atracação descontínuo, em dolphins, medindo 320m de comprimento, para atracação de navios com capacidade de até 280.000 TPB.
- Terminal de Alumina: Compreende dois silos verticais, para alumina, com um total de 3.508m<sup>2</sup>, correspondendo a uma capacidade estática total de 30.630t.
- Pátios de Carvão: Consistem de cinco pátios descobertos, utilizados para estocagem de carvão metalúrgico e coque, somando 177.000m<sup>2</sup> de área e capacidade estática de 750.000t.
- Pátios de Minério: Consistem de quatro pátios de estocagem, com capacidade total de 1.500.000t.
- Pátio de Uso Múltiplo: Área pavimentada com 200.000m<sup>2</sup> e armazéns cobertos para consolidação de carga e produtos siderúrgicos (COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, 2013).

### **Terminais arrendados ao longo do cais público:**

Terminal de Carvão – TCV, da Companhia Siderúrgica Nacional S/A.; Terminal de Contêineres – TCS, da Sepetiba Tecon S/A.; Terminal de Minério da CPBS – Companhia Portuária Baía de Sepetiba S/A. - CVRD; Terminal de Alumina – TAL, da Valesul Alumínio S/A (COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, 2013).

### **Terminal de uso privativo:**

Terminal da Ilha Guaíba, C.A. nº 006/93 Empresa: Minerações Brasileiras Reunidas S/A. - MBR (Mangaratiba-RJ) da CVRD (COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, 2013).

## **3.2- Instituições Públicas e programa de Extensão Rural**

### **3.2.1 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (PRONAF, 2013).

O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários País (PRONAF, 2013).

Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como a Emater, para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE) País (PRONAF, 2013).

O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho País (PRONAF, 2013).

### 3.2.2- Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro – EMATER

As atribuições da EMATER se resumem em colaborar com os órgãos competentes nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, na formalização e execução de programas e projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro; planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e da produtividade agropecuária e a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado do Rio de Janeiro; pugnar pela preservação do meio ambiente, visando um equilíbrio ecológico entre homens, plantas e animais; prestar, aos produtores rurais, serviços necessários à produção agropecuária; elaborar e propor planos, programas e projetos relativos às obras públicas e de saneamento e acompanhar as ações referentes a sua execução (EMATER, 2013).

### 3.2.3- Secretária Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí – SEMAAP

Todos os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria e seus benefícios, são voltados para a sociedade como um todo, desde a consciência ecológica com a reutilização dos resíduos sólidos até a produção de gás e energia elétrica pela usina de biogás, com a vantagem ainda do recebimento dos créditos de carbono. Quase todas as dependências da Secretaria foram erguidas com materiais reciclados, como a Biblioteca do Meio Ambiente, o Auditório e a Casa Ecológica. O Centro de Salga e Secagem de Peixes, ecologicamente perfeito, utilizando luz solar. Itaguaí foi o primeiro município fluminense beneficiado pela EMBRAPA, com o plantio de culturas biofortificadas (PINTO, 2011).

Os trabalhos de conscientização desenvolvidos pela Secretaria na agricultura do município abriu caminho para que as grandes empresas com refeitórios próprios instalados na cidade e no entorno, passassem, assim como a própria Prefeitura, a adquirir os produtos agrícolas diretamente dos nossos produtores rurais, que para isto precisaram se regularizar e emitir notas fiscais. Sendo assim, o produtor rural é orientado a fazer as modificações necessárias com o propósito adequar suas instalações rurais às normas, com o apoio da

Prefeitura desde a plantação, e criação e o recolhimento dos rejeitos dos animais até a formalização dos seus negócios (PINTO, 2011).

Toda a produção de alimentos nas instalações da Secretaria tem como destino a merenda escolar das unidades públicas municipais, sem nenhum risco de contaminação, considerando que todos os procedimentos necessários de combate às pragas como também o biofertilizante, são desenvolvidos lá, sem a utilização de agrotóxicos, gerando economia para os cofres públicos (PINTO, 2011).

### 3.3 - Políticas Públicas

Políticas públicas não surgem por acaso. Elas resultam de processos complexos de disputas pela hegemonia na definição das regras e das prioridades, especialmente quanto ao acesso a recursos públicos e a forma com que o Estado administra os interesses em jogo (DUNCAN, 2010).

Ao examinarmos a discussão teórico-metodológica acerca das análises de políticas públicas no Brasil, vemos uma forte contribuição do “neo-institucionalismo”, que ganhou espaço considerado nas ciências políticas e administrativas. O neo-institucionalismo parte do pressuposto de que as possibilidades da escolha estratégica são determinadas de forma decisiva pelas estruturas político-institucionais, inclusive a capacidade dos atores políticos de modificar essas estruturas de acordo com suas estratégias, por exemplo, por meio de institucionalização, desinstitucionalização, atribuição de funções etc.. (NABMACHER, 1991).

Na ciência política, costuma-se distinguir três abordagens na análise sobre políticas públicas. Em primeiro lugar, podemos salientar o questionamento clássico da ciência política que se refere ao sistema político como tal e pergunta pela ordem política certa ou verdadeira: o que é um bom governo e qual é o melhor Estado para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade, foram as preocupações primordiais dos teóricos clássicos Platão e Aristóteles. Em segundo lugar, temos o questionamento político, propriamente dito, que se refere à análise das forças políticas cruciais no processo decisório. E, finalmente, as investigações podem ser voltadas aos resultados que um dado sistema político vem produzindo. Nesse caso, o interesse primordial consiste na avaliação das contribuições que certas estratégias escolhidas podem trazer para a solução de problemas específicos (FREY, 2000).

Mais adiante Frey, (2000), com os seus estudos de políticas públicas, observa, que na sua maioria, os casos empíricos e seus resultados, variam de acordo com a situação e aceitação dos envolvidos. Com isso, corre-se o risco de considerar padrões de ações gerais, não levando em conta estruturas específicas dos casos observados e detectados, os quais de fato, o sucesso só se deu devido a ações conjuntas, com as características inerentes de certo sistema político-administrativo. Todavia, vale mencionar que, à medida que cresce o número de estudos específicos realizados nos vários campos de política, aumenta não apenas o conhecimento referente às políticas específicas, mas também o conhecimento teórico referente às inter-relações entre estruturas e processos do sistema político-administrativo por um lado e os conteúdos da política estatal por outro. Levando-se em conta por meio do ciclo político a dinâmica temporal dos diversos processos, abrem-se acima de tudo possibilidades para uma compreensão mais consistente de processos transicionais de caráter dinâmico.

### 3.4 - Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento, em sua formulação mais ampla, na construção do pensamento liberal, passou a conotar uma ideia de crescimento econômico, adotando como parâmetro definidor o desenvolvimento dos padrões de vida e de consumo alcançados pelas nações ocidentais industrializadas, ou seja, passar de uma condição chamada de nação subdesenvolvida, para um modelo de sociedade ocidental, capitalista e industrializada, mediante estratégias geradoras de crescimento econômico (ESTEVA, 1996).

No século XIX, a contestação ao modelo colonial (monocultura, exportador e tecnologicamente tradicional) se fazia pela busca de uma alternativa global do modelo de sociedade, incluindo-se aí a estrutura fundiária, ou seja, da posse e uso da terra. No entanto, os compromissos deixados pelo regime imperial – conservador e garantidor dos privilégios das oligarquias agrárias – inviabilizaram as transformações necessárias para a pretendida modernização e construção da sociedade nacional “autônoma” (GEHLEN, 2004).

Um dos principais cientistas sociais da segunda metade do século XX, Celso Furtado, ao estudar e se dedicar em conhecer a especificidade das mazelas do subdesenvolvimento no Brasil e na América Latina, desenvolve a teoria do subdesenvolvimento, em que denuncia a irracionalidade de um padrão de acumulação que, ignorando as restrições objetivas decorrentes da posição periférica no sistema capitalista mundial, estabelece necessidades materiais incompatíveis com as possibilidades das forças produtivas. O resultado é a cristalização de uma sociedade marcada pela heterogeneidade estrutural das forças produtivas. Logo, para Furtado, o subdesenvolvimento deve ser entendido como o produto de uma situação histórica – a gênese e a reprodução de um sistema centro-periferia – e de uma vontade política – a modernização dos padrões de consumo. Furtado esclarece que a origem do problema da pobreza nas sociedades subdesenvolvidas que puderam impulsionar o processo de industrialização por substituição de importações, caso evidente da Argentina, Brasil e México, não se encontra no baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, mas no controle do excedente social por elites aculturadas que priorizam a cópia dos estilos de vida das economias centrais. Em outras palavras, a pobreza é causada pela má distribuição da riqueza (FURTADO, 1992).

E, assim, segundo Furtado (1992) ao comentar a situação do Brasil no início do século XXI, defende a urgência de uma mudança radical no rumo da política econômica que sanciona a inserção passiva na nova ordem mundial. Na sua avaliação, a globalização compromete irremediavelmente a capacidade da sociedade nacional tomar decisões estratégicas, ameaçando a própria continuidade do processo de construção nacional. A globalização, afirma o autor em seu livro *Em Busca de Novo Modelo*,

*(...) opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento entre países. Isso nos leva a concluir que países com grande potencial de recursos naturais e acentuadas disparidades sociais – caso do Brasil – são os que mais sofrerão com a globalização. Isso porque poderão desagregar-se ou deslizar para regimes autoritários como resposta às tensões sociais crescentes. Para escapar a essa disjunção temos que voltar à ideia de projeto nacional, recuperando para o mercado interno o centro dinâmico da economia. A maior dificuldade está em reverter o processo de concentração de renda, o que somente será feito mediante uma grande mobilização social (FURTADO, 1992, p.42).*

Em suma, Celso Furtado, com suas obras, faz críticas implacáveis à modernização dos padrões de consumo, baseados na cópia dos estilos de vida das economias centrais, processo que norteia a incorporação de progresso técnico nas regiões subdesenvolvidas. Evidenciando o caráter perverso de uma sociedade elitista, incapaz de compatibilizar capitalismo, democracia e soberania nacional, seu pensamento representa a mais alta expressão das possibilidades críticas da razão burguesa na periferia do sistema capitalista mundial.

#### 3.4.1– Desenvolvimento Rural

A definição do que seja exatamente “desenvolvimento rural”, tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas, deixa de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais, sendo o objetivo final desse desenvolvimento (adotando indicadores de ampla aceitação). As diferenças, portanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas. Além disso, certamente tais diferenças são fundamentadas em leituras de realidade distintas, apontando objetivos igualmente distintos, ou seja, a análise do que tenha sido exatamente o desenvolvimento agrário fundamentará leituras correspondentes de desenvolvimento rural. Apenas como rapidíssimo exemplo: desenvolvimento rural, nos anos 70, necessariamente incluiria a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores. Em nossos dias, face à queda real dos preços recebidos pelos produtores e à virtual ausência de sistemas de ação governamental ao longo de tantos anos (especialmente a redução do financiamento). O conceito de desenvolvimento rural, em consequência, altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõe às famílias e às atividades rurais (NAVARRO, 2001).

Com o fortalecimento recente de demandas sociais centradas em torno da “agricultura familiar”, reivindica novos padrões de desenvolvimento rural. Por tal, é pressuposto que os agricultores, já estejam devidamente preparados para se organizar rapidamente, se estimulados nesta direção. Contudo, através de conhecimento empírico das organizações representativas dos agricultores familiares, em nosso país, no tocante ao seu funcionamento e organização, indicam exatamente o inverso. Devido à escassa tradição associativista e cooperativista dos agricultores familiares em se organizar no campo brasileiro, como atualmente demonstram as evidências, são um claro limitador de iniciativas que tenham sua centralidade nos âmbitos exclusivamente locais (KAGEYAMA, 2004).

No programa do PRONAF de 1996, elege a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, apesar de todos os impasses da ação pública, não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC em relação à agricultura e aos próprios agricultores. Há décadas relegada e até mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária –a pequena propriedade– têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade – setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira (PRONAF, 1996).

Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe às famílias rurais e produção agrícola, nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais –

comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo –, mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo (NAVARRO, 2001).

## 6 METODOLOGIA

Utilizou-se o método analítico descritivo, com base em depoimentos colhidos junto a agricultores entrevistados, com perguntas de um questionário socioeconômico fechado, tendo 23 perguntas, que foi levado nas propriedades de 16 agricultores.

QUESTIONÁRIO	
Data: __/__/__	Nome: _____
Idade: _____	n° de familiares _____ Telefone: _____
Endereço: _____	
Tempo que mora na área _____	Tamanho da propriedade _____
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qual o tipo de cultivo/criação?</li> <li>2. O quanto da área é usado para o cultivo/criação?</li> <li>3. Tem outra atividade no local? ( ) não ( ) sim Qual?</li> <li>4. Já teve problemas para produzir? ( ) não ( ) sim Qual?</li> <li>5. Atualmente, tem problemas para produzir? ( ) não ( ) sim Qual?</li> <li>6. Tem assistências técnica? ( ) não ( ) sim Qual?</li> <li>7. Acesso a serviços bancário? ( ) não ( ) sim Qual?</li> <li>8. Recebe alguma ajuda financeira para produzir? ( ) não ( ) sim Qual?</li> <li>9. Quem compra a produção?</li> <li>10. Está satisfeito com o preço vendido? ( ) não ( ) sim</li> <li>11. A produção é vendida por: ( ) dia ( ) semana ( ) mês</li> <li>12. A renda é suficiente para sobreviver? ( ) não ( ) sim</li> <li>13. Há alguma complementação da renda? ( ) não ( ) sim</li> <li>14. Tem empregados? ( ) não ( ) sim Quantos?</li> <li>15. Têm planos para o futuro para área? ( ) não ( ) sim Quais?</li> <li>16. Faz parte de alguma cooperativa, associação ou movimento rural? ( ) não ( ) sim Qual?</li> <li>17. Já fez ou faz parte de alguma atividade promovida pela SEMAAP? ( ) não ( ) sim Qual?</li> <li>18. Qual é a qualidade das estradas utilizadas? ( ) ruim ( ) boa ( ) ótima</li> <li>19. Tem acesso a educação? ( ) não ( ) sim</li> <li>20. Tem acesso a transporte público? ( ) não ( ) sem frequência ( ) com frequência</li> <li>21. Na propriedade tem energia elétrica/iluminação? ( ) não ( ) sim</li> <li>22. Na propriedade tem problemas com segurança que afeta a produtividade? ( ) não ( ) sim</li> <li>23. Tem acesso à assistência a saúde? ( ) não ( ) sim</li> </ol>	

Esses agricultores foram escolhidos aleatoriamente, obtendo uma boa representação das áreas rurais do município, essas áreas são os bairros de Mazomba, Piranema, Chaperó e Serra do Caçador.

O transporte se deu de duas formas, em propriedades de fácil acesso utilizou-se transporte público (ônibus), e nas propriedades de difícil acesso utilizou-se o carro da universidade, e por muitas vezes o carro da Secretária Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí.



**Figura 2:** Equipe de campo da Secretaria à esquerda, agricultores à direita  
**Fonte:** Carla de Oliveira

Foram realizados, estudo de produções técnicas e científicas relacionadas com o tema, além de pesquisas de dados disponibilizados por Órgãos Públicos, que podem ser encontrados facilmente na Internet, como o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com relação especificamente à problemática agrária, foi utilizado com fonte de consulta o livro “A questão agrária do Brasil”, volume 1, que faz um resgate do debate tradicional de 1500 a 1960, com o enfoque principal a economia, política e a história.

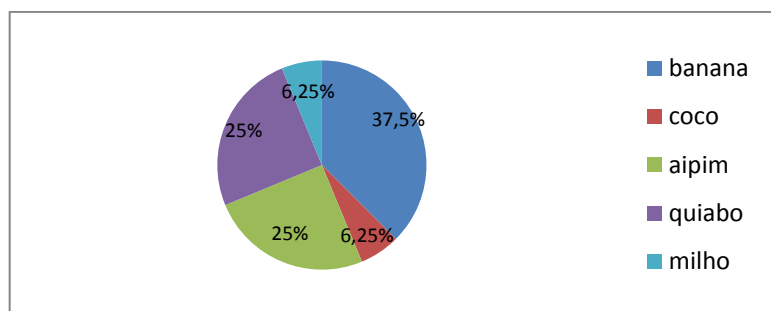
As análises também levaram em conta as observações da pesquisadora.

## 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 16 agricultores entrevistados que responderam o questionário, apenas 8 responderam todas as perguntas, pois os outros questionários foram respondidos por agricultores que não eram donos da propriedade. As perguntas sem resposta foram sobre o tamanho da propriedade e o tempo em que mora na área. O tamanho das propriedades variaram em torno de 5 ha a 40 ha, sendo que a maioria dos agricultores utilizam toda área para produção.

Aos que responderam o tempo que mora na propriedade temos agricultores, que residem e trabalham no campo em média por 39 anos.

A produção agrícola varia com o cultivo de banana, coco, aipim, quiabo, milho, além de todas as propriedades utilizarem produtos pecuários para complementar sua renda, principalmente com leite (Gráfico 3).



**Gráfico 3:** Distribuição da quantidade de produtores que cultivam cada cultura

Ao confrontarmos os dados do Censo Agropecuário 2006 de Itaguaí, IBGE. (2006) (Anexo1), podemos confirmar os resultados da pesquisa com relação aos produtos mais produzidos na região.

O questionário evidenciou o potencial de cada propriedade em gerar renda com suas próprias atividades, ou seja, não precisam lançar mão de outras atividades, como por exemplo, pedreiro, mecânico, para aumentar o orçamento familiar, sendo apenas 10%, que precisa complementar a renda, só quando é preciso, no mês que o valor da produção não é satisfatório.

Com relação às perguntas que se referiram ao acesso à escola, saúde, luz elétrica, todas as respostas foram positivas, no sentido que nenhum dos produtores tem problemas com esses serviços.

Ao se perguntar sobre o acesso ao serviço bancário, apenas dois responderam que tinham acesso, no entanto, não utilizam, ou pela dificuldade de negociar com o banco ou pelo medo de não conseguir pagar o empréstimo.

A assistência técnica se dá através da secretária municipal de meio ambiente, agricultura e pesca (SMAAP), e se restringe na campanha de vacinação para os agricultores que tiverem em sua propriedade gado, e no fornecimento de serviços como, aração e gradagem, no entanto, esses serviços nem sempre estão disponíveis, ou pela falta de maquinário, ou pela falta de vontade política.

A maioria vende seus produtos para atravessadores ou atacadista, que levam suas produções para o CEASA (centrais de abastecimento), além de venderem em feiras nas cidades próximas.

As periodicidades das vendas dos produtos variam pelo tipo do cultivo, podendo ser vendidos por dia, semana e mês.

A força de trabalho se limita à família, apenas dois dos entrevistados têm funcionário, mas ambos tem apenas 1 trabalhador.

Quando perguntados se têm algum plano para área, dos 16 entrevistados, um respondeu que quer plantar eucalipto, o outro pensa em vender, mas a maioria não tem nenhum plano, ora porque estarem satisfeitos com suas atividades, ora por não ter estímulo.

A EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) tem um escritório no município, mas nesse contexto seu campo de atuação deixa a desejar, a maioria dos entrevistados não consideram os serviços prestados pela secretária municipal da agricultura, como assistência técnica, colocando assim a responsabilidade em atendê-los nos profissionais com tais atribuições. Contudo, a crítica não é contra os técnicos da EMATER, mas à forma de como é conduzida a organização, a distribuição dos recursos e os incentivos institucionais para extensão rural.

Um agricultor chama atenção, o senhor Alexandre Matioti, de 42 anos, há 30 anos ele trabalha na terra, no cultivo de aipim, herdou a propriedade de seu pai, com o tamanho de 26



alqueires. Atualmente, ele faz parte da associação dos produtores da estrada das palmeiras, produz além de aipim, banana e cria gado de leite. Comprou uma casa na cidade onde se mudou com a família e só utiliza suas terras para trabalhar, não mais para morar, sem planos para o futuro para sua propriedade, pois o que ganha já o satisfaz. Essa história mostra a importância da agricultura familiar para o Município de Itaguaí no estado do Rio de Janeiro.

Assim como o Brasil, o município de Itaguaí herda sobre o campo, desde o seu “descobrimento”, o peso de uma lógica de exploração e produção voltada para os interesses dos que não dependem diretamente da terra para sobreviver, por essa razão, não se pensava (por não ser do interesse), em desenvolver a estrutura e melhorar as condições de vida do meio rural brasileiro, tão pouco valorizar as famílias rurais e suas produções, no intuito de gerar riquezas para quem de fato tira da terra o seu sustento.

Com isso, coloca-se sobre desenvolvimento rural uma série de desafios, tanto na esfera da política, economia, mas também na esfera social e ambiental, apesar de que ao longo da história esses desafios não foram os mesmos, o que mudava era o processo histórico que a nação passava com o decorrer do tempo.

A história nos ensina que para se ter transformação e desenvolvimento do sistema hegemônico, com objetivo de progresso nacional, conhecer e entender a realidade do território brasileiro desde o macro ao micro território, como os municípios e as regiões dentro dele, são fundamentais para se ter sucesso, principalmente na mudança de paradigma de uma sociedade rural de explorados e exploradores, para uma sociedade com condições de se desenvolver com as premissas da sustentabilidade e também sendo economicamente democrático.

As instituições necessitam reconhecer que as comunidades e as relações sociais e ambientais são dinâmicas, com suas próprias especificidades. Modelos socioeconômicos importados dos países centrais, para atender a demanda dessas comunidades, já mostraram a sua ineficácia. Essas instituições precisam estar preparadas para atender o desenvolvimento dessas comunidades, com políticas voltadas para fortalecer e amparar a economia desses agricultores familiares.

Para entendermos hoje a situação das comunidades rurais em Itaguaí, não podemos estudá-las de forma homogênea e linear, os agricultores rurais se diferenciam de acordo com a sua região, isso fica evidente ao se analisar os investimentos e objetivo que o poder público reserva para essas áreas dentro do município, essas diferenças giram em torno do tamanho da propriedade, topografia, preço do produto, consumidor final, dinâmica de organização.

Em regiões, onde o grau de urbanização, já tomou tal proporção, como é o caso de Itaguaí, que a sua manutenção em raízes agrárias, está aos poucos perdendo as características de área rural para característica de área habitacional, urbana, com uma alta especulação imobiliária. O preço da terra, nessas áreas valorizou de tal forma, que compensa vender, a cultivar.

Uma alternativa para manter a agricultura familiar nessas áreas, é a geração de renda com a implantação florestal, comercializando a madeira para diversos fins, com devido financiamento, através de programas do governo, como o PRONAF floresta, e também com financiamento bancários com juros baixos. Agrofloresta pode também ser uma boa alternativa, nesse caso tiraria da floresta a renda dos produtos não madeireiros, não deixando de ter a produção agrícola. Incentivar a criação de associação e cooperativas é uma ótima saída, para minimizar os riscos econômicos e potencializa a assistência técnica, revertendo assim, em uma produção mais rentável.

## **6 - CONCLUSÃO**

O Município de Itaguaí, está diante de dois quadros, que de um lado, é o município que mais cresce no estado, devido a sua região portuária, industrial, concomitante com a construção de imóveis, por outro lado existem agricultores familiares, sem ou com pouca assistência pública para se desenvolver, resistindo e sobrevivendo com suas pequenas produções, que de maneira geral, tem o seu valor na receita do município.

O dialogo e até mesmo a parceria da EMATER com a secretária municipal de agricultura, meio ambiente e pesca, é de fundamenta importância, pois são as principais instituições interlocutoras das demandas do campo, que coloca para as esferas de planejamento e para as esferas deliberativas as prioridades do desenvolvimento rural local.

O município demanda por esses serviços que competem ao meio rural, umas regiões dependem de mais atenção e investimento do que outras, mas ao negar ou ignorar essa necessidade, pode comprometer drasticamente a sobrevivência dessas comunidades rurais, pondo em risco o seu futuro, o que seria um crime cultural que o tempo não compensará.

## 7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, M. J.. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 70-82.
- CHALITA, M. A. N.. **Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa.** Agric. São Paulo, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 97-113, jan./jun. 2005.
- DUNCAN, M.. **A construção de uma política de desenvolvimento: os territórios rurais do Brasil.** Goiânia, v. 8, n. 1/2, p. 187-223, jan./dez. 2010.
- FREY, K.. **Políticas públicas: um debate referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e políticas públicas n° 21 - jun de 2000.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO. **Avaliação Final do Plano diretor de Itaguaí.** Nov./2008
- GEHLEN, I.. **Políticas públicas e Desenvolvimento social rural.** São Paulo em perspectiva, 18(2): 95-103, 2004.
- HÖFLING, E. M.. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, n° 55, novembro/2001.
- <http://www.transportes.gov.br>. Acesso em: 11/09/2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=330200&search=rio-de-janeiro|itaguai>. Acesso em: 08 de agosto de 2013.
- KAGEYAMA, A.. **Desenvolvimento rural: conceito e medida.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.
- LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V.. **Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas.** RER, Rio de Janeiro, vol. 45, n° 03, p. 777-805, jul/set 2007.
- PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em: 11/09/2013.
- RICUPERO, B.. **Pensando com Caio Prado Jr.** Guararema, SP: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2012: 4-27.
- SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br>. Acesso em: 11/09/2013.
- SOUZA, A. I.. **Pensando com Celso Furtado.** Guararema, SP: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2012: 12-34.
- STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960.** São Paulo: Expressão popular, 2005: 9-31.

## ANEXO 1

### Censo Agropecuário 2006 de Itaguaí (RJ)

<b>Número de estabelecimentos agropecuários:</b>	<b>382 Unidades</b>
<b>Produtor Masculino:</b>	<b>346 Unidades</b>
<b>Produtor Feminino:</b>	<b>36 Unidades</b>
<b>Condição do produtor:</b>	
Proprietário:	333 Unidades
Assentado sem titulação definitiva:	-
Arrendatário:	6 Unidades
Parceiro:	6 Unidades
Ocupante:	34 Unidades
Produtor sem área:	3 Unidades
<b>Condição legal do produtor:</b>	
Proprietário individual:	376 Unidades
Condomínio consórcio ou sociedade de pessoas:	2 Unidades
Cooperativa:	-
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada:	1 Unidades
Instituição de utilidade pública:	-
Governo (federal estadual ou municipal):	1 Unidades
Outra condição:	2 Unidades
<b>Área dos estabelecimentos agropecuários:</b>	<b>7.664 Hectares</b>
<b>Produtor Masculino:</b>	<b>7.285 Hectares</b>
<b>Produtor Feminino:</b>	<b>380 Hectares</b>
<b>Condição do produtor:</b>	
Proprietário:	7.142 Hectares
Assentado sem titulação definitiva:	-
Arrendatário:	37 Hectares
Parceiro:	42 Hectares
Ocupante:	443 Hectares
Produtor sem área:	-
<b>Condição legal do produtor:</b>	
Proprietário individual:	7.632 Hectares
Condomínio consórcio ou sociedade de pessoas:	8 Hectares
Cooperativa:	-
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada:	15 Hectares
Instituição de utilidade pública:	-
Governo (federal estadual ou municipal):	7 Hectares
Outra condição:	2 Hectares
<b>Utilização das terras:</b>	
<b>Lavouras:</b>	
<b>Lavouras permanentes:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	236 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	1.843 Hectares
<b>Lavouras temporárias:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	75 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	210 Hectares
<b>Área plantada com forrageiras para corte:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	114 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	134 Hectares
<b>Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura):</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	1 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	Não disponível Hectares
<b>Pastagens naturais:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	151 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	1.417 Hectares
<b>Pastagens plantadas degradadas:</b>	

Número de estabelecimentos agropecuários:	8 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	778 Hectares
<b>Pastagens plantadas em boas condições:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	31 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	1.461 Hectares
<b>Matas e/ou florestas naturais:</b>	
<b>Destinadas à preservação permanente ou reserva legal:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	108 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	1.071 Hectares
<b>Não destinada à preservação permanente e as em sistemas agroflorestais:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	12 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	38 Hectares
<b>Matas e/ou florestas plantadas com essências florestais:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	2 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	Não disponível Hectares
<b>Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	20 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	77 Hectares
<b>Tanques, lagos, açudes, e/ou área de águas públicas para aquicultura:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	19 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	39 Hectares
<b>Construções, benfeitorias ou caminhos:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	253 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	315 Hectares
<b>Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc):</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	8 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	8 hectares
<b>Inaproveitáveis para agricultura/pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc):</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	43 Unidades
Área dos estabelecimentos agropecuários:	272 Hectares
<b>Sistema de preparo do solo:</b>	
Estabelecimentos com cultivo convencional (aração mais gradagem/gradagem profunda):	62 Unidades
Estabelecimentos com cultivo mínimo (só gradagem):	9 Unidades
Estabelecimentos com plantio direto na palha:	1 Unidades
<b>Tratores na agropecuária:</b>	
<b>Número de estabelecimentos agropecuários com tratores:</b>	<b>63 Unidades</b>
Estabelecimentos que contém tratores com menos de 100 cv:	41 Unidades
estabelecimentos que contém tratores com mais de 100 cv (inclusive):	26 Unidades
<b>Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários:</b>	<b>82 Unidades</b>
Número de tratores com menos de 100 cv:	49 Unidades
Número de tratores com mais de 100 cv 100 cv (inclusive):	33 Unidades
<b>Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários:</b>	
Homens:	974 Pessoas
Mulheres:	137 Pessoas
Homens com 14 anos ou mais:	971 Pessoas
Mulheres com 14 anos ou mais:	134 Pessoas
<b>Espécie de efetivo:</b>	
<b>Bovinos:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	121 Unidades
Número de cabeças:	8.616 Cabeças
<b>Bubalinos:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	1 Unidades
Número de cabeças:	92 Cabeças
<b>Equinos:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	92 Unidades
Número de cabeças:	487 Cabeças
<b>Asininos:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	3 Unidades
Número de cabeças:	5 Cabeças
<b>Muare:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	22 Unidades

Número de cabeças:	79 Cabeças
<b>Caprinos:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	10 Unidades
Número de cabeças:	1.419 Cabeças
<b>Ovinos:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	8 Unidades
Número de cabeças:	170 Cabeças
<b>Suínos:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	25 Unidades
Número de cabeças:	362 Cabeças
<b>Aves:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	53 Unidades
Número de cabeças:	4.269 Cabeças
<b>Outras aves:</b>	
Número de estabelecimentos agropecuários:	19 Unidades
Número de cabeças:	356 Cabeças
<b>Produção de Leite:</b>	
Estabelecimentos que produziram leite:	49 Unidades
Vacas ordenhadas:	723 Cabeças
Quantidade produzida de leite de vaca:	1.163 Mil litros
Valor da produção de leite de vaca:	670 Mil Reais
Quantidade produzida de leite de vaca (cru ou beneficiado):	166 Mil litros
<b>Leite Pasteurizado:</b>	
Estabelecimentos que venderam leite pasteurizado:	-
Quantidade vendida de leite de vaca pasteurizado:	-
Valor total da venda de leite de vaca pasteurizado:	-
<b>Leite cru:</b>	
Estabelecimentos que venderam leite cru:	41 Unidades
Quantidade vendida de leite de vaca cru:	750 Mil litros
Valor total da venda de leite de vaca cru:	397 Mil Reais
<b>Produção de ovos de galinhas:</b>	
Estabelecimentos que produziram ovos de galinhas:	26 Unidades
Quantidade produzida de ovos de galinhas:	10 Mil dúzias
Valor total da produção dos ovos de galinhas:	20 Mil Reais
Estabelecimentos que venderam ovos de galinhas:	10 Unidades
Quantidade vendida de ovos de galinhas:	8 Mil dúzias
Valor total da venda dos ovos de galinhas:	15 Mil Reais
<b>Ovos de galinhas para incubação:</b>	
Estabelecimentos que venderam ovos de galinhas para incubação:	1 Unidades
Quantidade vendida de ovos de galinhas para incubação:	0 Mil dúzias
Valor total da venda dos ovos de galinhas para incubação:	0 Mil Reais
<b>Produtos da Lavoura:</b>	
<b>Lavoura Permanente:</b>	
<b>Banana:</b>	
Estabelecimentos produtores com mais de 50 pés:	147 Unidades
Quantidade produzida nos estabelecimentos com mais de 50 pés:	2.455 Toneladas
Valor da produção dos estabelecimentos com mais de 50 pés:	1.295 Mil Reais
<b>Café arábica em grão (verde):</b>	
Estabelecimentos produtores com mais de 50 pés:	-
Quantidade produzida nos estabelecimentos com mais de 50 pés:	-
Valor da produção dos estabelecimentos com mais de 50 pés:	-
<b>Café canephora (robusta conilon):</b>	
Estabelecimentos produtores com mais de 50 pés:	-
Quantidade produzida com mais de 50 pés:	-
Valor da produção dos estabelecimentos com mais de 50 pés:	-
<b>Laranja:</b>	
Estabelecimentos produtores com mais de 50 pés:	1 Unidades
Quantidade produzida nos estabelecimentos com mais de 50 pés:	-
Valor da produção dos estabelecimentos com mais de 50 pés:	-

**Lavoura Temporária:****Cana-de-açúcar:**

Número de estabelecimentos produtores:	9 Unidades
Quantidade produzida:	328 Toneladas
Valor da produção:	113 Mil Reais

**Feijão de cor em grão:**

Número de estabelecimentos produtores:	-
Quantidade produzida:	-
Valor da produção:	-

**Feijão fradinho em grão:**

Número de estabelecimentos produtores:	2 Unidades
Quantidade produzida:	Não disponível Toneladas
Valor da produção:	Não disponível Mil Reais

**Mandioca (aipim macaxeira):**

Número de estabelecimentos produtores:	51 Unidades
Quantidade produzida:	831 Toneladas
Valor da produção:	436 Mil Reais

**Milho em grão:**

Número de estabelecimentos produtores:	3 Unidades
Quantidade produzida:	3 Toneladas
Valor da produção:	2 Mil Reais

**Soja em grão:**

Número de estabelecimentos produtores:	-
Quantidade produzida:	-
Valor da produção:	-

**Trigo em grão:**

Número de estabelecimentos produtores:	-
Quantidade produzida:	-
Valor da produção:	-